

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 97.508 - PE (2018/0096455-1)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : CICERO CARVALHO DA SILVA JUNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : EDUARDO SILVA DE ARAÚJO - PE039208  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CÍCERO CARVALHO DA SILVA JÚNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que denegou o *writ* pleiteado perante aquela instância, nos autos de n. 0000325-97.2018.8.17.0000 (e-STJ fl. 152):

*HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA - EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA - NÃO OCORRÊNCIA - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - PLURALIDADE DE DENUNCIADOS, CADA QUAL COM UM DEFENSOR - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - ORDEM DENEGADA, À UNANIMIDADE.*

- *Em atenção ao princípio da razoabilidade, tem-se que, para a configuração de excesso de prazo, não basta o mero cálculo aritmético dos prazos legais, mostrando-se necessária, também, a análise de outras circunstâncias, pois há elementos que podem dilatar o prazo processual sem que se caracterize coação ilegal.*

- *Considerando a complexidade do feito, com pluralidade de réus e de defensores, entende-se que não pode ser o atraso debitado ao juízo a quo, conforme pleiteia o impetrante, pois não foi possível imprimir maior celeridade ao feito, como também não houve, por parte da autoridade impetrada, qualquer descaso com o processo.*

- *É possível uma convivência harmonizável entre a prisão cautelar e os Princípios constitucionais, uma vez que a própria Constituição da República (art. 5º, LXI) prevê a possibilidade desse tipo de custódia, contanto que preservada a característica da excepcionalidade, subordinada à necessidade concreta, real, efetiva e fundamentada, não havendo que se falar, portanto, em antecipação de pena.*

A defesa alega, em síntese, que a segregação cautelar é

ilegítima, ante a ausência de *fumus comissi delicti* e de *periculum libertatis*, e que está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo, tendo em vista que a segregação dura mais de 9 meses, sem que tenha sido designada a audiência inaugural e sem que a defesa tenha dado causa a essa demora.

Em liminar e no mérito, pede o relaxamento da prisão preventiva.

Deferida a liminar (e-STJ fls. 200/203) e prestadas as informações (e-STJ fls. 222/241), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 243/245).

É o relatório. **Passo a decidir.**

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, em 18/7/2018, o Juízo processante revogou a prisão preventiva do recorrente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator